

A NATUREZA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

MARCELO SANTOS AMARAL*

DORALIZA AUXILIADORA A. MONTEIRO†

TATIANE NUNES VIANA DE ALMEIDA‡

Resumo

A proposta deste trabalho é refletir sobre o Conhecimento Científico, as Ciências Sociais e a subjetividade em pesquisa social, especificamente em relação à proposta de um possível novo campo do conhecimento: a Administração Política. A discussão a respeito da natureza e mesmo da cientificidade das ciências humanas e sociais já há algum tempo permeia os debates acadêmicos. Assim, é necessária a reflexão sobre se a objetividade pode ser considerada requisito que conferiria à ciência social sua natureza científica. Utilizou-se como aporte teórico os conceitos de Objetividade, Subjetividade, Conhecimento Científico e Administração Política. Conclui-se que a Administração Política, pelo fato de reter influências de diversas áreas do conhecimento, cada uma com sua subjetividade como elemento de formação do pensar e do fazer ciência, se afasta da proposição de Sartori em relação à cientificidade, ou seja, da necessidade da natureza objetiva da ciência e da isenção de juízo de valores. Destaca-se também como a Administração Política se aproxima das visões de outros autores. Por fim, é observada a proposta de construção de um conhecimento declaradamente ideológico, pragmático, funcional e de natureza subjetiva. Assim, algumas indagações para a construção e reflexões deste campo ainda em construção, por ora, persistem.

Palavras-chave: Administração política; Objetividade; Subjetividade; Conhecimento científico.

Abstract.

The Nature of the Scientific Knowledge and the Political Administration Proposal. The proposal of this paper is to discuss the Scientific Knowledge, Social Sciences and subjectivity in social research, specifically in relation to proposal for a possible new field of knowledge: Political Administration. The discussion concerning to nature and scientificity of the human and social sciences has been occurring in academic debates for a long time. Therefore, it becomes necessary to discuss whether objectivity can be considered as requirement that would give to social science its scientific nature. The concepts Objectivity, Subjectivity, Scientific Knowledge and Political Administration were used as theoretical contributions. It was concluded that, because retaining influences from different knowledge areas, each one with its own subjectivity as formative element for thinking and doing science, the Political

* Professor assistente no Curso de Administração da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). E-mail: <amaral69@gmail.com>.

† Doutoranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: <doraliza_monteiro@yahoo.com.br>.

‡ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: <admtatiane@yahoo.com.br>.

Administration stands off from Sartori proposition regarding scientificity, that is, the need for objective nature of the science and exemption from value judgment. It also emphasizes the way the political Administration approaches the views of other authors. Finally, the proposal for construction of an openly ideological, pragmatic, functional and subjective-natured knowledge is observed. So, some questions for construction and reflections of this field still under construction, until now, remain.

Keywords: Political administration; Objectivity; Subjectivity; Scientific knowledge.

I. INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é refletir sobre o Conhecimento Científico, as Ciências Sociais e a subjetividade em pesquisa social, especificamente em relação à proposta de um possível novo campo do conhecimento — a Administração Política. Para tal, tomou-se como referência contribuições de alguns autores na definição desses temas.

A discussão a respeito da natureza e mesmo da cientificidade das ciências humanas e sociais já, há algum tempo, permeia os debates acadêmicos. As ciências humanas e sociais têm características particulares que as distinguem das ciências naturais a ponto de alguns teóricos questionarem sua natureza científica ou sua legitimidade enquanto conhecimento científico. Assim, faz-se necessário refletir se a objetividade, ponto de consenso entre pesquisadores das ciências naturais, pode ser considerado como requisito que conferiria à ciência social sua natureza científica. Se, por outro lado, admite-se que, nas pesquisas deste campo, o sujeito exerça alguma interferência, ou seja, admite-se a natureza subjetiva da pesquisa social, como então considerar as ciências sociais como científicas? Mais especificamente, como se pode compreender a proposta da Administração Política dentro desse debate?

Com o intento de responder e/ou discorrer sobre essas questões, utilizou-se como aporte teórico os conceitos de Objetividade, Subjetividade, Conhecimento Científico e Administração Política, buscando relacionar os principais aspectos e incongruências desses assuntos, no viés proposto.

Dessa maneira, o artigo está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda apresenta os conceitos de Subjetividade e Conhecimento Científico, tomando como referência Durkheim, Sartori, Demo, Goldmann, Boaventura Santos e Lukács. Na terceira, serão apresentados os principais aspectos teóricos da Proposta da Administração Política, referenciando seus principais teóricos, Souza R Ribeiro. Na quarta, serão apresentadas as considerações finais, buscando relacionar e trazer à tona o

conhecimento acumulado e os aportes teóricos da Administração Política, enquanto campo do conhecimento.

2. SUBJETIVIDADE E CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Para alguns autores e pensadores, a objetividade científica é uma meta tangível: a partir de alguns princípios propostos, acreditam ser possível ao pesquisador o conhecimento e controle da influência de interesses e prenoções que possam permear a pesquisa científica. Há, no entanto, outros teóricos que compreendem a subjetividade como implícita, especificamente nas ciências sociais, como mais um elemento/obstáculo a ser compreendido, superado ou mesmo admitido para a construção do conhecimento nessas ciências. Assim, seria preciso compreender como esta relação sujeito–objeto ocorre, qual a influência do sujeito pesquisador sobre o objeto pesquisado, como expurgar, diminuir, controlar ou compreender a influência do primeiro sobre o segundo. Essas são questões que fazem parte de um debate maior sobre a natureza do conhecimento científico e que teve início quando Émile Durkheim procurou estabelecer um método para a sociologia.

A definição de ciência e sua relação com a linguagem são desenvolvidas por Geovanni Sartori que, partindo dessas questões, coloca como necessária a natureza objetiva da ciência e sua isenção de juízos de valores. O conhecimento científico tem por ideal a identificação de leis do tipo causal, ou seja, é um conhecimento *scire per causas*, animado não somente pela busca dos “como”, mas também por sua “curiosidade cognitiva”, que leva a buscar os “porquês” das relações que estuda. Nessa busca, afirma que “se queremos saber *como* é a realidade, é porque precisamos *operar* nessa realidade”, ou seja, ainda que exista uma diferença entre ciência “pura” e ciência “aplicada”, essa “[. . .] diferença não impede, em última análise, que a ciência seja um *saber prático*” (1997, p. 35). Apesar disso, diz que o conceito de ciência pode ser definido sem se levar em conta o problema da “isenção de valores”. Assim, apoiado em Weber, argumenta que não existe ciência valorativa e afirma que a tese da ciência valorativa é insustentável, ou seja, que ciência “ideologizada” é ideologia e não ciência.

Contrapondo-se a esse enunciado, Pedro Demo diz que “nas ciências sociais, o fenômeno sociológico é *intrínseco*, pois está no sujeito e no objeto” e assim como a realidade social é ideológica e a história não é neutra, também não o podem ser os atores sociais e que a “[. . .] ciência somente

seria objetiva se o sujeito conseguisse sair de si e ver-se de fora” (1995, p. 19). Sartori argumenta que, sendo lógica a linguagem que caracteriza a ciência e isenta de sua dimensão emotiva, está implícito que “a atribuição de valores não é científica”. No entanto, admite que, apesar de ser necessariamente neutra a linguagem do observador, a linguagem dos observados está repleta de valores, especialmente quando se fala em ciências humanas. Outra concessão que faz à subjetividade está em admitir que os “valores” do cientista estão contidos no “contexto da descoberta”, mas, para ele, isto não compromete a ciência não valorativa, já que este problema se coloca *a priori* da pesquisa. No contexto da valoração, quando se trata de controlar a verdade das hipóteses ou dos enunciados científicos, não deve haver valores envolvidos, pois “uma ciência que não verifica com neutralidade não é ciência” (1997, p. 42).

Pedro Demo (1995) acrescenta que existe ideologia em ciência e, assim, estabelece princípios para a distinção entre ambas, apesar de acreditar não ser possível eliminar a ideologia que está implícita na pesquisa social. O conceito de subjetividade é desenvolvido por Lucien Goldmann (1978) que, a partir da análise do tema em Émile Durkheim, Max Weber e Georg Lukács, aceita e destaca o caráter subjetivo das ciências sociais, mas estabelece princípios que, segundo ele, aproximam as ciências sociais de um critério de verdade.

Para Boaventura Santos (2002, pp. 65-8), após a emergência das ciências sociais no século XIX e a partir das concepções positivistas desta época, o conhecimento e o método nas ciências sociais foram compreendidos segundo duas correntes ou vertentes. A *primeira vertente* “[. . .] parte do pressuposto de que as ciências naturais são uma aplicação ou concretização de um modelo de conhecimento universalmente válido e, de resto, o único válido” e que deve ser sempre possível se estudar os fenômenos sociais da mesma forma que são estudados os fenômenos naturais. Assim, como afirma Durkheim (2005), os fatos sociais podem (e devem!) ser reduzidos a coisas cujas dimensões externas são observáveis e mensuráveis. A *segunda vertente* “[. . .] reivindica para as ciências sociais um estatuto metodológico próprio [. . .]”, considerando que “[. . .] o comportamento humano [. . .] não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis” (Santos, 2002, p. 67). Para essa abordagem epistemológica, são necessários métodos de investigação e critérios diferentes dos utilizados nas ciências naturais.

Para Sartori (1997), o conhecimento empírico faz referência à experiência tangível, tátil, direta, ao “passar através” de alguma coisa. Política, Sociologia, Psicologia ou Economia são assim conhecimentos empíricos que têm como finalidade descrever a realidade, verificando como são as coisas para poder entendê-las. A descrição da realidade é feita por meio das palavras. Assim, descreve o uso da linguagem como sendo simbólico. Como as palavras são sinais e estes sinais “significam” algo, porque evocam ou denotam imagens para aqueles que os decodificam, então, as palavras que utilizamos podem não representar totalmente a realidade descrita pelas suas limitações em representar totalmente a realidade. Como exemplo, cita a palavra “Lua” que, em uma determinada linguagem (o grego arcaico), evoca o sentimento de contagem de tempo, mas, em outra linguagem (de origem latina), evoca o significado de luz, de iluminação. Ainda que possamos compreender a Lua e seu movimento ao redor da Terra como sendo uma medida de tempo, não podemos abstrair seu significado enquanto astro luminoso. Ou seja, a conotação que tem um termo linguístico pode não abranger todos os significados e relações que ele deveria abranger, pois o significado dos termos de uma linguagem “predispõe o pensamento a certo tipo de explicação”.

Como o conhecimento empírico é descritivo, devemos utilizar uma linguagem que use predominantemente palavras com significados “perceptivos”. Sartori reconhece que, sendo o conhecimento empírico um saber perceptivo, é preciso admitir que a “percepção” é um produto altamente elaborado do pensamento, ou seja, percebemos através de um processo bastante subjetivo. “O *perceptum* decorre de controle e inspeção realizados em um *conceptum*” (1997, p. 29). Porém, conceitos científicos são elaborados pelos sujeitos, são concebidos, não preexistem e, por isto, Demo (1995) afirma que “não há conceito objetivo, porque seria elaborado sem sujeito”.

A respeito da neutralidade em ciências sociais, Pedro Demo (1995, p. 19) diz que “a realidade é ideológica, porque é produto histórico no contexto da unidade de contrários, em parte feita por atores políticos que não poderiam — mesmo que o quisessem — ser neutros”. Para o autor, é possível controlar a ideologia intrínseca na ciência, mas não suprimi-la. Para distinguir ciência de senso comum e de ideologia, propõe, então, critérios, internos e externos. Como critérios internos, cita: *coerência* — falta de contradição na argumentação do texto científico, sendo bem estruturado e bem deduzido de enunciados; *consistência* — capacidade de resistir a

argumentações contrárias; *originalidade* — o texto científico precisa sempre acrescentar, inventar, sem repetições tautológicas; e *objetivação* — em substituição ao conceito de objetividade, significa compreender a realidade como ela é, isenta das prenoções que o sujeito tenha sobre ela. Como o autor admite que a ideologia é intrínseca, a objetivação pode ser alcançada pelo controle possível da ideologia.

Além desses critérios internos, Demo (1995) cita, como critério externo, a intersubjetividade, que significa a opinião da comunidade científica em dado momento histórico e regional, influenciado de fora e segundo interesses sociais e políticos na prática da ciência. Assim, critérios formais não bastam para definir o teor científico de uma obra. A prática da ciência está condicionada por paradigmas, interesses políticos, autoridades constituídas, posições estabelecidas e cabe um julgamento dessas influências sobre os aspectos formais de uma produção científica — o critério da intersubjetividade.

Segundo a concepção positivista, as ciências classificam-se em formais e empíricas (Gil, 1999). As ciências formais tratam de entidades, ideias e de suas relações. As ciências empíricas se dividem em naturais (Física, Química, Biologia, etc.) e sociais (Sociologia, Antropologia, Política, Economia, etc.). Nessa concepção, Goldmann (1978) aponta como principal diferença entre as ciências físico-químicas e as ciências humanas o fato de que estas analisam a própria ação do homem, sua estrutura e interesses. Nesse sentido, o pesquisador insere no processo de pesquisa seus interesses e prenoções, ainda que inconscientemente.

Goldmann (1978) aponta dois princípios na obra de Durkheim: primeiro, que o estudo científico dos fatos humanos não pode fundar logicamente por si só nenhum juízo de valor; e segundo, que o pesquisador deve evitar simpatias ou antipatias na busca pela imagem adequada dos fatos. Há consenso dos autores quanto a esses princípios, no entanto, eles expõem o problema da subjetividade nas ciências humanas. Ainda para Goldmann, Durkheim erra ao acreditar que o conhecimento destes dois princípios seja suficiente para garantir a objetividade da pesquisa. O grau de maturidade intelectual das ciências sociais, ou imaturidade, no conceito de Durkheim, leva o sociólogo a ter de se pôr no estado de espírito dos físicos, ou seja, assumir um posicionamento objetivo, buscando isentar a pesquisa de influências pessoais.

A diferença entre as ciências, no entanto, não é de grau de maturidade, mas de natureza (Goldmann, 1978). Nas ciências físico-químicas, não

há interesses conflitantes no que se refere ao valor, à natureza e ao fim da pesquisa. Já nas ciências humanas, os interesses e valores sociais são divergentes e, muitas vezes, antagônicos. Assim, não é questão de o pesquisador se esforçar por usar sua inteligência, penetração e evitar a interferência de suas preferências pessoais, pois, como parte de uma classe social, seus valores e interesses estarão inevitavelmente influenciando sua pesquisa. Os indivíduos não conseguem fugir de suas posições sociais para compreender melhor os fatos sociais pesquisados. Além disso, para Demo (1995) não há como o pesquisador social estudar de fora de si mesmo, já que não é possível sair da própria pele e ver-se de fora.

A própria noção de neutralidade é uma tomada de posição ou uma contradição em si mesma. Neste sentido, Goldman (1978) afirma que, ao analisar a realidade a partir de uma visão parcial, condicionada por sua condição enquanto integrante de uma classe social e com categorias e prenoções implícitas e não conscientes, o pesquisador perde parte importante do real. Seu trabalho de análise com inteligência, penetração, etc., agirá sobre uma visão deformada e ideológica dos fatos. Por exemplo, por mais que um clérigo do século XVI buscasse compreender os movimentos dos astros celestes, usando toda sua inteligência e perspicácia, sua visão distorcida da realidade em função de sua posição ideológica como clérigo o impediria de ver a realidade em sua totalidade e o resultado de suas pesquisas seria “plausível e sedutor” enquanto argumento baseado em apenas parte dos fatos. Em ciências humanas, os fatos se escondem atrás das muitas variáveis que uma visão parcial pode ocultar. Essa é a dificuldade apontada por Goldman (1978) e que, na visão deste, Durkheim subestimou ou não conseguiu contemplar.

Ao compreender que é impossível eliminar os juízos de valor do trabalho de pesquisa em ciências humanas, Weber propõe integrá-los conscientemente e usá-los como instrumentos na investigação da verdade objetiva. Para Weber (apud Goldman, 1978), a diferença entre as ciências físico-químicas e as ciências humanas está em que aquelas buscam formular leis gerais, enquanto as ciências humanas buscam um estudo objetivo, explicativo e compreensivo dos indivíduos e das individualidades históricas e sociais. A ideia de Weber, como citado, é que os juízos de valor possam intervir apenas na primeira fase da pesquisa, na escolha e construção do objeto de pesquisa. A partir de então, seria possível tratar objetivamente o objeto. Nossas escolhas, argumenta Goldman (1978), são condicionadas por

nossos juízos de valor e a escolha e construção do objeto determina o resultado do estudo. Não é possível, portanto, encontrar a objetividade com este modelo.

Lukács, por sua vez, aceita o determinismo social de todo pensamento como lei geral do conhecimento humano (Netto, 1981). A consciência de uma classe descreve ou explica os fatos humanos segundo o determinismo de seus interesses. Ao criticar Weber, Lukács diz que “Weber quer salvar a cientificidade da sociologia excluindo do seu âmbito os juízos de valor; mas, assim, não faz mais do que transferir toda a irracionalidade para os juízos de valor e para as tomadas de posição”. Lukács, no entanto, “admite a existência de uma verdade universal na consciência-limite do proletariado revolucionário que tende a suprimir toda diferença entre sujeito e objeto da ação social”. Essa posição foi abandonada por Lukács, que compreendeu que todo pensamento histórico ou sociológico sofre profundas influências sociais, como sofre, por exemplo, o próprio pensamento de Lukács (apud Netto, 1981, p. 159).

Para Goldmann (1978), o fato social é o fato total. Conforme sua concepção dialética, o autor vê a análise do fato social como compreendendo também a análise de seu contexto histórico, a análise das teorias que cercam a investigação em um dado momento histórico e a compreensão da visão consciente ou implícita do investigador. Assim, não é possível isolar o fato social de seu processo histórico e infraestrutura social para analisá-lo “objetivamente”. Para o autor, duas considerações são necessárias para se estabelecer um critério no julgamento das ciências sociais. Primeiro, terá maior valor científico aquela sociologia que permitir compreender outras sociologias como fenômeno social e humano, isolando sua infraestrutura e iluminando suas inconseqüências e seus limites. Ao demonstrar que a sociologia de Marx compreende e explica a sociologia de Saint-Simon, mas não o oposto, Goldmann (1978) sugere que aquela é mais valiosa do ponto de vista científico que esta. Também, a sociologia preconizada pelo autor compreende e explica a sociologia “objetiva” contemporânea, mas não acontece o oposto. A segunda consideração para se estabelecer o critério de julgamento das ciências sociais diz respeito ao caráter total da atividade humana e à ligação indissolúvel entre história dos fatos econômicos e sociais e a história das ideias.

Para Goldmann (1978), as ciências sociais devem ser dialéticas, ou seja, o estudo do fato humano implica sempre tanto a sua história material

quanto a história das doutrinas que lhes concerne. Dessa forma, compreende-se melhor o pensamento de muitos filósofos quando se busca compreender o contexto histórico no qual estavam inseridos, as infraestruturas sociais precedentes e posteriores a esse pensamento e o contexto histórico e econômico que o cercava. As doutrinas correntes são, assim, parte integrante do fato social pesquisado, não podendo ser separadas senão por uma abstração provisória. Para o autor, a subjetividade das ciências sociais requer do pesquisador a integração da história das teorias a respeito dos fatos à sua localização histórica e à sua infraestrutura econômica e social.

Pedro Demo (1995) entende ser necessário aceitar o fato que todos somos inevitavelmente ideológicos para, então, submeter essa nossa postura ideológica à crítica, enfrentando o problema, porque é mais fácil controlar o que se tem consciência crítica e autocrítica, como também é mais fácil contrapor-se a ela no caso de adversários. Assim, falando de intersubjetividade nas ciências sociais, aproxima-se da ideia de Goldmann (1978) ao propor que a pesquisa em ciência social seja contextualizada, social e politicamente, e exposta à crítica como medida de legitimação. Em relação às forças que direcionam as pesquisas sociais e as influenciam de fora, ambos afirmam serem elas elementos que transformam a própria natureza do pensamento histórico e sociológico. Esses interesses políticos e sociais, agindo para impedir transformações da ordem social, são indissociáveis do sujeito enquanto ator social. Para Demo (1995), o conhecimento construído em ciências sociais está condicionado à subjetividade do pesquisador, e essa subjetividade pode ser controlada, mas não suprimida. Sua proposta é aceitar e reconhecer a influência do sujeito na criação do conhecimento, mas expor o conhecimento à discussão, de modo que chegue a um critério de cientificidade aceitável — o conceito de Ideologia discutível.

Geovanni Sartori (1997) não aceita a subjetividade em ciências sociais, mas relativiza sua influência, ao indicar a influência que possa existir na subjetividade da linguagem do objeto de ciências sociais, ou seja, a linguagem dos indivíduos observados. O autor compreende a subjetividade que está contida no processo de descoberta da ciência, mas separa sua influência, por considerar que a subjetividade não abrange o processo de validação do conhecimento, mas, apenas, o contexto da descoberta. Vemos também o reconhecimento da interferência do sujeito, com prenoções e preconceitos, no processo de construção do conhecimento em Goldmann (1978), que critica Durkheim, por acreditar que é possível compreender o

objeto como coisa e também Weber, por acreditar que é possível aceitar a interferência do sujeito, com seus juízos de valor, apenas na escolha e construção do objeto. No primeiro caso, Goldmann (1978) diz que Durkheim não compreendeu o problema da subjetividade, exprimindo a tradição otimista da classe na qual estava inserido e o momento histórico em que viveu. Weber, que vivia em outro momento histórico, já que a burguesia alemã se diferenciava bastante do contexto da burguesia francesa de Durkheim, pode compreender melhor alguns problemas que não existiam para Durkheim. Mas ainda assim, Weber aceita apenas parcialmente a subjetividade que, para Goldmann, condiciona todo o processo de construção do conhecimento.

Diante da questão da subjetividade, coloca-se o problema do critério de verdade. Sartori (1997), por não aceitar a subjetividade em ciências, não vê o problema nessa dimensão, mas apenas relacionado ao aspecto formal da pesquisa. Goldmann (1978) estabelece dois princípios para evitar o relativismo e estabelecer diferenças entre teorias que, em termos simplificados, são a comparação entre teorias e a pesquisa em ciências sociais pelo método dialético. A subjetividade em ciências humanas parece dar a elas seu caráter mais distintivo. Além da diferença de objetos que têm as ciências naturais, não é possível conceber um método que sirva à construção do conhecimento em ambas as áreas do conhecimento. Mas é possível compreender que a busca pela legitimidade do conhecimento em ciências sociais e humanas ainda está a meio caminho de seu destino.

3. A PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

A ânsia de melhor compreender o campo da administração, principalmente no que tange à busca pelo bem-estar social, pesquisadores como Santos & Ribeiro têm buscado “retomar, ou, reconstruir o caráter social da ciência da administração” (Gomes, 2012, pp. 8-9). Assim, na década de 1990, começam as discussões sobre o conceito de Administração Política.

Esta reflexão sobre o conceito e natureza da Administração Política começa com dois questionamentos, apesar de poucos administradores terem refletido sobre essa questão: o objeto de estudo e a forma correta de interpretar a administração. No que diz respeito a essas inquietações, constata-se que há diferentes percepções entre os estudiosos do campo do conhecimento em Administração sobre qual é, de fato, o objeto da Adminis-

tração. Para Santos (2009), por exemplo, o objeto da administração é a gestão, sendo a organização o local onde este verdadeiro objeto habita. Nesse caso, a organização pode ser considerada um objeto de pesquisa da administração, porém, nunca seu objeto de estudo. Já para França Filho (2009), o objeto seria a organização, tendo em vista que a administração se preocupa em estudar as organizações como fenômeno social, sendo necessário o diálogo com outras disciplinas, o que confere um caráter interdisciplinar ao campo. No entanto, este autor não elimina a possibilidade de também ser a gestão o objeto de estudo da Administração, uma vez que representa um elemento essencial no universo organizacional.

Em relação às formas de interpretação sobre a Administração, França Filho (2009) explica que existem três possibilidades: Administração como arte, Administração como ideologia ou Administração como ciência. Todavia, Santos acredita que a Administração é uma ciência, explicando que sua origem é clara e bem definida: o advento da Escola Neoclássica da economia, surgida com a crise do capitalismo no final do século XIX. Nesse período começam os estudos sobre o “comportamento das unidades de produção e consumo” (2009, p. 28), suscitando então, as primeiras pesquisas da Administração como campo auxiliar da ciência econômica, sendo instrumentalizada, de forma categórica, com Taylor, em 1911. Explica, ainda, que, desse momento em diante, mesmo que houvesse outros conceitos envolvidos (como cultura e ética, por exemplo), a administração sempre manteve sua racionalidade instrumental, ou seja, a busca de técnicas mais elaboradas para a melhoria da produtividade e manutenção da organização.

Outra vertente para a compreensão desta nova área de conhecimento é através da discussão de caráter “epistemológico e metodológico, a partir da releitura de alguns autores clássicos da administração e economia política”, conforme explica Gomes (2012, p. 9). Nesse sentido, Santos (2009), um dos precursores na discussão sobre a Administração Política, ressalta que a discussão da contribuição de autores clássicos se torna relevante para a definição do conceito da Administração Política. O primeiro clássico a ser analisado é Taylor, que, para o autor, evidentemente considera a administração uma ciência e a gestão, o seu objeto. Outro clássico importante para essa análise é Dwight Waldo, um importante autor da administração pública que menciona a interação do estudo da administração com outras ciências, como ciência política, antropologia e economia. Para Santos

(2009), esta relação com outras áreas se deve ao fato de a administração não se definir como um campo disciplinar de conhecimento, tendo em vista que não há consenso entre os estudiosos sobre qual seja o objeto de estudo da Administração. Logo, há a necessidade de se apropriar de conhecimentos de outros campos para formar seu conteúdo.

Santos, a partir da leitura de autores clássicos da economia, política e administração, diz haver uma inquietude teórica em relação à administração e às “[. . .] questões substantivas da realidade social do mundo capitalista” (2009, p. 36), a dificuldade em delimitar o campo da administração, a crença na aproximação entre o conceito de administração e política e a crítica sobre a racionalidade instrumental da administração. Assim, o clássico que mais se aproxima de seu objetivo de definir a Administração Política é Guerreiro Ramos, apesar de este acreditar que o objeto da administração seja a organização. Um dos legados de Guerreiro Ramos (1989) que pode contribuir para a compreensão da Administração Política é o paradigma paraeconômico, que propõe um novo modelo na teoria da delimitação dos sistemas sociais. Tal paradigma é multidimensional, ou seja, trata-se de um sistema diversificado — contrário ao modelo que orienta a sociedade centrada no mercado — que é composto por inúmeros enclaves no qual o mercado seria apenas uma parte delimitada e regulada, dentro de um contexto maior.

Santos, ao analisar a obra de Guerreiro Ramos *A redução sociológica*, que discute os critérios de avaliação de desenvolvimento, termina por afirmar que “[. . .] Guerreiro Ramos foi incapaz de perceber que «os meios para alcançar o desenvolvimento» representam o conteúdo próprio da administração política” (2009b, p. 33). Assim, para Santos (2009), administração política é “[. . .] a concepção de um modelo de gestão das relações sociais que tem por objetivo garantir certo nível de bem-estar, expresso nas garantias plenas da materialidade”. Esse conceito, ao mesmo tempo que busca estabelecer um campo do conhecimento, denota a conexão necessária para o autor entre o conhecimento e sua aplicação, ao vincular o estudo dos modelos de gestão social aos fins obtidos pelos diferentes modelos possíveis. Nesse sentido, o conhecimento em Administração Política seria, ao mesmo tempo, descritivo e prescritivo, teórico e prático.

Assim, os economistas de diferentes correntes, como o institucionalismo, o gerencialismo e o regulacionismo, são importantes na construção da definição de Administração Política e, entre os autores institucionalistas

— estrutura teórica que “tende a apresentar interface maior para o desenvolvimento do conceito científico e acadêmico da Administração Política”, Santos (2009a, p. 64) destaca os nomes de Gunnar Myrdal, Thorstein Bunde Veblen e Douglas C. North.

O economista e sociólogo sueco Gunnar Myrdal, por exemplo, explica que as tendências para o planejamento econômico levam o Estado para a direção da regulação e que o planejamento representa um dos elementos da institucionalização da administração pública. Logo, Santos (2009a) ressalta que o planejamento pode ser considerado um dos alicerces para a apreensão da Administração Política na conjuntura do capitalismo.

O economista e sociólogo norte-americano Thorstein Bunde Veblen, apesar de não tratar diretamente sobre o papel da Administração, contribui para a compreensão da Administração Política ao trazer uma reflexão sobre os instrumentos ideológicos que possibilitam a manutenção “[. . .] de um *statu quo* social desigual e como a sociedade moderna é assentada em valores fúteis e individuais” (Santos, 2009a, p. 69). Essa análise permite compreender as dificuldades de se atingir o bem-estar social. Além disso, Santos (2009a) explica que este autor também foi importante para compreender: (a) o papel das instituições para alcançar uma transformação social, sendo o Estado considerado a principal instituição para a formação da sociedade; e (b) o papel da administração e do administrador na estrutura capitalista, sendo que a administração está intimamente relacionada com a ação de mudança das teorias políticas. Para Santos (2009a, p. 65), “[. . .] a Administração Política tenta romper com o paradigma contemporâneo de que a administração funciona exclusivamente como forma de dominação entre classes e exclusivamente como instrumento micro de estruturação organizacional”, ou seja, uma outra administração se faz necessária, livre dos “[. . .] controles econômicos e ideológicos” de uma classe dominante, para “[. . .] romper com o paradigma de construção e reorganização da sociedade moderna”. Aqui, novamente, a defesa da Administração Política se pauta pelos fins a que este campo do conhecimento se propõe estudar e coloca o resultado da gestão, assim como a própria gestão, no centro do objeto de estudo deste campo.

Já o economista norte-americano Douglas C. North explica que “[. . .] as instituições são conformadas para reduzir as incertezas, estruturar a vida das pessoas, guiar a interação humana” (Santos, 2009a, p. 75), e essas estruturas mudam de acordo com o desenho da sociedade na qual estão

implantadas. Nesse sentido, a partir da análise da relação entre as instituições, o Estado e a sociedade, Santos (2009a, p. 76) afirma que a Administração Política “[. . .] é a expressão das interações do Estado com a sociedade na formação do projeto de nação, logo o modelo de nação (bases institucionais e organizacionais) constitui o objeto da administração”. Assim, o objeto de estudo da Administração Política é, a um mesmo tempo, a gestão social ou gestão das relações do Estado com a sociedade e a busca por um determinado modelo para essa gestão social — um modelo de nação que, expressamente, busque alcançar o objetivo de promover o bem-estar social e garantir a materialidade para todos.

Entre os gerencialistas, Santos (2009a) traz o nome de James Burnham que destaca o papel da gestão (através da figura dos administradores) para a criação e manutenção de uma relação social de produção. Outra interface de Burnham com os estudos sobre Administração Política, de acordo com Santos, está relacionada com a preocupação de Burnham em criar um modelo de organização mundial único com o intuito de construir uma sociedade única. A Administração Política, por sua vez, está preocupada com a gestão das relações sociais para alcançar o bem-estar.

Entre os regulacionistas, Santos destaca o autor Michel Aglietta que propõe um novo método de intervenção, de forma distinta, como agente regulador, ou seja, “[. . .] a regulação pretende reorganizar as estruturas de modo que conforme uma proposta de desenvolvimento de um modelo de gestão societal sustentável”, ideia que se aproxima das conjecturas feitas pela Administração Política. Para Santos, esta premissa de regulação e intervenção constitui-se em um “[. . .] paradigma de conformação do estudo da Administração Política” (2009a, p. 85).

Em síntese, Santos argumenta que estas três correntes de pensamento — institucionalismo, gerencialismo e regulacionismo — são relevantes na construção do conceito de administração política, pois: (1) os institucionalistas destacam a importância do ambiente organizacional e institucional; (2) os gerencialistas destacam o papel dos administradores (técnicos e gerentes) e (3) os regulacionistas acreditam que a “[. . .] acumulação é favorecida por uma intervenção ativa e consciente do Estado” (2009a, p. 91). Logo, a união dos pensamentos dessas correntes se aproxima do conceito de Administração Política como compreendido por Santos.

Em um contexto tridimensional da Administração Política, Santos afirma a existência de uma hierarquia lógica: a sociedade; o Estado, mani-

festação política da sociedade em busca do bem-estar total; e o capitalismo, “[. . .] modo de produção responsável pela concepção e operacionalização da base técnica e operacional para alcançar o bem-estar” (Santos, 2009b, p. 45). Para o autor, a economia política, a administração política e a administração profissional devem estar comprometidas em construir uma base material que permita o bem-estar econômico da sociedade: a economia política preocupada sobre “o quê” e “porquê” fazer/produzir; a administração política, com a gestão das relações sociais no processo de execução da busca do bem-estar social; e a administração profissional, com a produção/organização da materialidade que permitirá alcançar o bem-estar social, sendo esta última percepção desenvolvida por diversos tipos de profissionais.

Para Santos, Ribeiro & Chagas (2009), faz-se necessário compreender o método mais adequado para organizar as relações sociais e de produção e distribuição com o intuito de melhorar o bem-estar da sociedade. Nesse sentido, os autores explicam que esse método deriva de dois pressupostos: (1) a finalidade do trabalho deve estar associada à libertação do homem; e (2) a produção de uma ciência deve ser orientada pela noção de totalidade — conhecimento puro associado ao conhecimento aplicado. “Método” aqui se relaciona ao “fazer” pragmático, conhecimento aplicado cujos fins guiam a forma e o uso dos meios.

Santos, Ribeiro & Chagas também compreendem a necessidade de definição de princípios na busca de um modelo de gestão das relações sociais que possa alcançar o bem-estar de todos. Para os autores, existem ou devem existir três princípios: (1) só deve ser possível arquitetar algo novo depois que se tenha usufruído plenamente do que já existe, questionando-se o processo de “destruição criativa” associado às ondas de inovação e à competição entre as empresas privadas; (2) “para legitimar (integrar) o Projeto da Nação ou outro de qualquer organização/instituição torna-se necessário relativizar a hierarquia dos processos de construí-lo ou edificá-lo” (2009, p. 35); e (3) “[. . .] em vista do resultado determinado, a forma de gestão mais adequada de qualquer projeto (do indivíduo, da organização ou da nação) está condicionada à compreensão da sua temporalidade” (2009, p. 36).

No entanto, percebe-se a dificuldade da consecução desses princípios para o alcance do bem-estar social, pois, conforme argumentou Guerreiro Ramos (1989), uma das características das sociedades contemporâneas é a síndrome comportamentalista, que pode ser entendida como a perda da

autonomia do indivíduo ou a incapacidade do indivíduo de normatizar sua própria conduta. A sociedade moderna está modelada de acordo com os critérios de economicidade, que passam a nortear o modo pelo qual o indivíduo se comporta (comportamento esse carente de conteúdo ético e avaliado como funcional, de acordo com Guerreiro Ramos). Logo, o homem perde a capacidade de agir livremente e atuar no contexto em que habita. É a deturpação da noção substantiva do homem, pois prevalece a racionalidade instrumental (realização dos meios para atingir fins desejados) sobre a substantiva (ação orientada por valores éticos e morais, independentes de expectativas de sucesso, mediante a qual seria possível conduzir a vida humana na direção da autorrealização).

Assim, na proposta da Administração Política acima descrita, tanto o modelo de gestão ou projeto de nação, o método que possa construí-lo e os princípios que orientam essa busca são pensados e justificados para um fim que é desejado e que é, de antemão, definido como correto: a materialidade ou um certo nível de bem-estar social. Assim, a despeito da adequação ou não da definição do objeto de estudo deste novo campo de conhecimento, ficam evidentes os aspectos subjetivos e pragmáticos da natureza do conhecimento proposto: *subjetivo*, porquanto entende a possibilidade e validade do conhecimento a partir dos sujeitos e a legitimidade desse conhecimento por seu valor ético e moral; *pragmático*, porquanto compreende como verdadeiro ou legítimo o conhecimento útil, valioso ou promotor da vida (Hessen, 1999).

Porém, os trabalhos descritos anteriormente não centram o debate sobre essa subjetividade implícita no discurso, sobre a objetividade do conhecimento científico e sobre a origem e possibilidade do conhecimento a partir do sujeito, como proposto nestes textos sobre a Administração Política. Ou seja, são necessárias a discussão epistemológica e a fundamentação filosófica do conhecimento que se propõe fundar. Ainda que a proposta represente uma posição epistemológica antipositivista (Santos, 2002), a objetividade do conhecimento científico e seu modelo de racionalidade precisam ser enfrentados por aqueles que queiram propor uma nova forma de conceber o conhecimento.

O texto de Daniel Caribé, por exemplo, se propõe a discutir a natureza do campo da Administração Política buscando reconstruir seu conceito e seus fundamentos epistemológicos. Como pressupostos à análise desta fundamentação científica, considera “[. . .] a própria ciência [. . .] uma

força produtiva do capitalismo, determinada pelas relações de produção [...] e fortemente marcada por aspectos ideológicos” (2008, p. 36). A partir de então, entende a Administração Política enquanto ciência autônoma, porém, sem descrever essa autonomia nem distinguir a natureza desse conhecimento em relação à ciência normal. O debate sobre a subjetividade do conhecimento em Administração Política está também implícito no texto quando considera o objeto dos Estudos Organizacionais como mais amplo que o da Administração Política, levando o pesquisador desse campo a escolher um caminho não por imposição, mas uma escolha “[...] determinada pelos valores de quem busca as respostas” (2008, p. 43).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando compreender a relação sujeito-objeto na Administração Política, entende-se, pela formação do campo ao longo dos anos e pautada nos atores abordados, especialmente Santos (2009), que esse campo retém influências de áreas do conhecimento, especificamente, Ciências Sociais e Humanas, como a Economia Política, Sociologia, Antropologia, Psicologia, dentre outras. Sendo assim, observa-se uma atuação no campo diferente do proposto por Sartori (1997), que pauta como necessária a natureza objetiva da ciência e sua isenção de juízos de valor. Isso porque essas áreas carregam consigo a subjetividade como elemento de formação do pensar e do fazer ciência. Assim, observa-se o aspecto da valoração e ideologia, contrárias à visão de Sartori (1997) que argumenta não haver ciência valorativa e ideologizada.

Há de se destacar então, que o campo da Administração Política se aproxima mais da visão de Pedro Demo (1995, p. 19) quando este afirma que, “nas ciências sociais, o fenômeno sociológico é intrínseco, pois está no sujeito e no objeto” assim como a realidade social é ideológica e a história não é neutra, logo, também não o podem ser os atores sociais. Isso porque se observa, nos aspectos teóricos da proposta da Administração Política, a presença de vieses ideológicos assim como a observância pela não neutralidade das pesquisas, enquadrando essa proposta como sendo de fora do *mainstream*. Assim, os autores da Administração Política apontam uma nova possibilidade de se pensar o conhecimento científico para além dos limites de seu método restrito. Porém, há de se questionar em que medida haveria objetividade nas pesquisas em um suposto campo do conhecimento

que, já de início, se propõe a limitar ou direcionar suas pesquisas para um fim proposto (ainda que o fim seja tão nobre quanto o bem-estar de todos).

O que se parece entender é que a Administração Política está inserida na segunda vertente exposta por Boaventura Santos (2002, p. 67), a de que as ciências sociais possuem estatuto metodológico próprio, considerando que “[. . .] o comportamento humano [. . .] não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis”. De acordo com o autor, para essa abordagem epistemológica, são necessários métodos de investigação e critérios diferentes dos utilizados nas ciências naturais.

Dessa maneira, o Estado e o sujeito em questão têm grande relevância na Administração Política, principalmente por ser o bem-estar da sociedade o fim vislumbrado na gestão da Administração Política. Mais uma vez, observa-se corroborar a visão de Demo (1995) e Goldmann (1978) de que os conceitos científicos são elaborados pelos sujeitos, são concebidos, não preexistem. Demo (1995) afirma que não há conceito objetivo, porque todo conceito demanda um sujeito que o defina e construa — não há conceito sem sujeito. Goldmann (1978) aponta que, nas ciências humanas, pelo fato de que estas analisam a própria ação do homem, sua estrutura e interesses, o pesquisador insere no processo de pesquisa seus interesses e prenoções, ainda que inconscientemente.

Como afirma Demo (1995, p. 20), a realidade é ideológica e a ciência está “[. . .] pervadida de senso comum e de ideologia” e isso é observado, por exemplo, quando o conceito central da Administração Política é apresentado. Assim, ao que parece, critérios formais não bastam para definir o teor científico de uma obra, como afirma Demo, e a prática da ciência está relacionada também a outros fatores como os paradigmas, interesses políticos, autoridades constituídas e posições estabelecidas, tornando-se relevante um julgamento dessas influências sobre os aspectos formais de uma produção científica, segundo critérios internos e externos — nesse caso, o critério da intersubjetividade. A visão de Santos (2009), de que o conhecimento em Administração Política seria, ao mesmo tempo, descritivo e prescritivo, teórico e prático, aproxima-se da visão de Weber, segundo Goldmann (1978), de que as ciências humanas buscam um estudo objetivo, explicativo e compreensivo dos indivíduos e das individualidades históricas e sociais.

Da mesma maneira, compreender a Administração Política como sendo a gestão das relações sociais para consecução de um fim específico,

dentro de um contexto tridimensional da Administração Política — a sociedade, o Estado e o capitalismo (Santos, 2009b, p. 33) —, também aproxima as reflexões desse campo às ideias de Demo (1995) e Goldmann (1978), principalmente quando esses autores propõem que a pesquisa em ciência social seja contextualizada, social e politicamente, e exposta à crítica como medida de legitimação.

Enfim, na Administração Política, observa-se uma proposta de construção de um conhecimento declaradamente ideológico, declaradamente pragmático, funcional e de natureza subjetiva. Algumas indagações são pertinentes para a construção e as reflexões desse campo ainda em crescimento: Seria possível compreender essa proposta como tendo uma sustentação científica ou como sendo uma proposta “paracientífica”, autônoma ou antipositivista? É uma mudança de paradigma de ciência o que, implicitamente, esses autores estão propondo? Se sim, seria preciso atacar questões relevantes nessa proposta paradigmática, como o enfrentamento da subjetividade na construção desse conhecimento? Se um ponto de vista ideológico pode ser base para a construção de um conhecimento, por que outros não poderiam também sê-lo?

Referências

- CARIBÉ, Daniel Andrade. Ciência ou ideologia? a constituição do campo da Administração Política. *Revista Brasileira de Administração Política*, vol. 1, n.º 1, pp. 35-48, out. 2008.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3.ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *Administração política como campo do conhecimento*. 2.ª ed. Salvador: FeaUfba; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009, pp. 123-47.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia, que é a sociologia?* Rio de Janeiro: Difel, 1978.

- GOMES, Fábio Guedes. O jovem percurso da administração política. *Revista de Administração Pública*, n.º 46, vol. 1, pp. 7-24, jan.-fev. 2012.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Trad. João Virgílio Gallerani Cuter. 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NETTO, José Paulo (org.). *Georg Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática, 1981.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4.ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *Administração política como campo do conhecimento*. 2.ª ed. Salvador: FeaUfba; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009.
- . As contribuições dos economistas ao estudo da administração política: o institucionalismo, o gerencialismo e o regulacionismo. In: Idem. (org.). *Administração política como campo do conhecimento*. 2.ª ed. Salvador: FeaUfba; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009a, pp. 62-92.
- . Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. In: SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *Administração política como campo do conhecimento*. 2.ª ed. Salvador: FeaUfba; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009b, pp. 23-61.
- SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos & CHAGAS, Thiago. Bases teórico-metodológicas da administração política. *Revista Brasileira de Administração Política*, vol. 2, n.º 1, pp. 19-43, 2009.
- SARTORI, Giovanni. *A política*. Brasília: Editora UNB, 1997.